**PLANO DE RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM (PRA): UM OLHAR SOB O USO DOS DADOS DAS AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS**

Carla da Conceição de Lima

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

carla.lima@ufvjm.edu.br

**Eixo: Políticas Públicas e Gestão da Educação**

**Resumo simples**

O Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA) é uma política pública cujo objetivo é reduzir a defasagem de ensino e de aprendizagem nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. O objetivo deste resumo é discutir os possíveis usos dos resultados das avaliações diagnósticas aplicadas em Minas Gerais no ano de 2023 a partir da configuração da política pública PRA. O aporte teórico é fundamentado nos campos da avaliação, políticas públicas educacionais e gestão da educação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com dois instrumentos metodológicos: (a) análise documental em legislações sobre o PRA; (b) revisão bibliográfica. Constata-se que o uso das avaliações diagnósticas do PRA estão alocados em três dimensões: (re)significação do erro; conteúdos curriculares; monitoramento do trabalho docente. Portanto, os usos da avaliação diagnósticas no PRA desencadeia um novo tipo de regulação nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

**Palavras-chave**: Plano de Recomposição da Aprendizagem. Avaliação Diagnóstica. Minas Gerais.

**Introdução**

O Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA), instituído pela Resolução SEE nº 4.825, de 07 de março de 2023, é uma política pública cujo objetivo é “elaborar estratégias de ensino com foco na recuperação e recomposição das aprendizagens a partir das habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo Referência de Minas Gerais” (Minas Gerais, 2023, p. 2). Para tal, o PRA institui como um de seus instrumentos – “forma pela qual o governo estabelece como alcançar os resultados esperados e que organizam as interações entre os atores e direcionam comportamentos” (Lima et al, 2022, p. 8) - as avaliações diagnósticas em larga escala. As avaliações diagnósticas intentam recolher “informações sobre o que o estudante já sabe, quais as competências e habilidades ele já adquiriu, levando, assim, ao planejamento das práticas pedagógicas de maneira fundamentada”(TAVANO, 2021, p. 39).

**Justificativa e problema da pesquisa**

Estudos nos campos da avaliação, políticas públicas educacionais e gestão da educação, têm apontado as dificuldades dos atores escolares em usar os dados das avaliações em larga escala na tomada de decisões pedagógicas que poderiam surtir efeitos na qualidade e equidade da educação (Núñez et. al., 2019; Basso et. al., 2021).

Este resumo se justifica porque sob o escopo do PRA a avaliação diagnóstica é um instrumento que influencia diretamente o funcionamento da política, determinando ações, comportamentos dos atores escolares, bem como as configurações dos arranjos institucionais - “conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica” (Gomide; Pires, 2014, p. 19).

**Objetivos da pesquisa**

O objetivo deste resumo é discutir os possíveis usos dos resultados das avaliações diagnósticas aplicadas em Minas Gerais no ano de 2023 a partir do desenho da política pública PRA.

**Referencial teórico que fundamenta a pesquisa**

O referencial teórico que fundamenta a pesquisa está ancorado em estudos no campo da avaliação, políticas públicas educacionais e gestão da educação (Núñez et. al., 2019; Basso et. al., 2021).

**Procedimentos metodológicos**

A abordagem metodológica é qualitativa, exploratória e constitui-se de análise documental realizada na legislação que dispõe sobre o PRA - Resolução SEE Nº 4.825; Orientação para implementação do PRA nas Escolas e no Catálogo de habilidades para Recomposição; e revisão de literatura realizada no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) com os seguintes descritores: avaliação+diagnóstica; avaliação+diagnóstica+Plano+ Recomposição+Aprendizagem. Foram encontrados 8 artigos.

**Análise dos dados e resultados finais da pesquisa**

Os usos das avaliações diagnóstica no PRA estão alocados em três dimensões: (i) (re)significação do erro dos alunos que passa a ser percebido como um instrumento direcionador do trabalho docente; (ii) na aquisição de conteúdos curriculares a partir da identificação de habilidades e competências ainda não consolidadas pelos alunos; (iii) como uma forma de monitoramento e controle do trabalho docente dentro das escolas.

**Relação do objeto de estudo com a pesquisa em Educação e eixo temático do COPED**

Os usos da avaliação diagnósticas no PRA desencadeia um novo tipo de regulação ocasionado por uma política pública que distancia a escola de sua função emancipadora.

**Considerações finais**

Dessa forma, o PRA não contribui para uma formação que preze pela justiça social e que contribui na construção da equidade.

**Referências**

BASSO, Flávia Viana; FERREIRA, Rodrigo Rezende; OLIVEIRA, Adolfo Samuel. Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.30, n.115, p. 501-519, abr./jun. 2022

GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto. **Capacidades estatais e democracia**: arranjos de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

LIMA, Carla da Conceição de; RAMOS, Maria Elizabete Neves; OLIVEIRA, André Luiz Régis de. Implementação de uma política educacional no contexto da pandemia de COVID – 19: o REANP em Minas Gerais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e78237, 2022

MINAS GERAIS. Resolução nº 4825/2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-n-o-4-825-2023/> Acesso em: 15/05/2024

NUNEZ, Carolina Portela; KOSLINSKI, Mariane Campelo; FERNANDEZ, Silvina Júlia. Políticas de incentivo ao uso de dados educacionais: experiências no contexto internacional e brasileiro. **Jornal de Políticas Educacionais**. 2019, vol.13, e64894.

TAVANO, Patrícia Teixeira. **Práticas de Avaliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2021.